



**DO LOTE ÀS FEIRAS: DESVELANDO OS GARGALOS QUE DIFICULTAM A  
COMERCIALIZAÇÃO COLETIVA DA PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE  
REFORMA AGRÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

Mariana de Souza Batista<sup>1</sup>  
Paulo Marcelo de Souza<sup>2</sup>  
Marcos A. Pedlowski<sup>3</sup>

**Resumo:** No final da década de 1990, em Campos dos Goytacazes, a falência de usinas de açúcar desencadeou um período de criação de assentamentos de reforma agrária, marcado por elevado desemprego, ampla disponibilidade de trabalhadores e acúmulo de dívidas fiscais. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) chegou ao município em 1997, pressionando o governo federal a iniciar um processo prolongado de reforma agrária. As ocupações de terra lideradas pelo movimento resultaram na criação de onze assentamentos destinados à ocupação por 829 famílias. Este estudo teve como objetivo analisar os principais gargalos que afetam a comercialização da produção desses assentamentos, com foco nas conexões estabelecidas entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Os resultados indicam que, diante da fragilidade dos canais coletivos de comercialização, os beneficiários da reforma agrária permanecem fortemente dependentes de intermediários para escoar sua produção. Essa dependência é apenas parcialmente mitigada pela existência de feiras livres organizadas pelos próprios agricultores, as quais recebem apoio insuficiente do governo municipal.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais, comercialização, feiras livres, reforma agrária.

**FROM THE LOT TO THE FAIRS: REVEALING THE BARRIERS THAT HINDER  
THE COLLECTIVE MARKETING OF THE PRODUCTION OF THE AGRARIAN  
REFORM SETTLEMENTS IN CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

**Abstract:** In the late 1990s, in Campos dos Goytacazes, the bankruptcy of sugar mills triggered a wave of land reform settlement creation, in a context marked by high unemployment, a large labor supply, and accumulated tax debts. In this setting, the Landless Workers' Movement (MST) arrived in the municipality in 1997, pressuring the federal government to initiate a sustained land reform process. The land occupations led by the movement resulted in the creation of eleven settlements intended to accommodate 829 families. This study aimed to analyze the main bottlenecks affecting the marketing of production from these settlements, focusing on the linkages established between rural and urban areas. The results indicate that, given the fragility of collective marketing channels, land reform beneficiaries remain highly dependent on intermediaries to distribute their production. This dependence is only partially mitigated by the existence of farmers' markets organized by the producers themselves, which receive insufficient support from the municipal government.

**Keywords:** rural settlements; commercialization; farmers' markets, agrarian reform.

<sup>1</sup> Mestrado em Políticas Sociais (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF). Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico, Centro de Ciências do Home, UENF. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0107-2802>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9882091862653502>, E-mail: [mdeSouzabatista@gmail.com](mailto:mdeSouzabatista@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Economia Rural (Universidade Federal de Viçosa). Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5788-915X>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2759766880484509>, E-mail: [pmsouza@uenf.br](mailto:pmsouza@uenf.br)

<sup>3</sup> PhD em Environmental Design and Planning (Virginia Tech). Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3949-8240>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7764577113401685>, E-mail: [pedlowma@uenf.br](mailto:pedlowma@uenf.br)



## 1 Introdução

O desenvolvimento de uma estrutura agrária concentrada constitui um dos traços mais marcantes da história brasileira e se perpetua ao longo dos séculos por diversos mecanismos, sobretudo porque o país nunca realizou um processo amplo e efetivo de reforma agrária, em meio a sucessivos retrocessos e a avanços pontuais dessa política. Essa questão histórica mantém fortes implicações econômicas, políticas e sociais no presente e se expressa, entre outros aspectos, na persistente luta pela terra, que resulta na criação de numerosos assentamentos de reforma agrária, impulsionados em grande medida pela atuação dos demandantes de terras que pressionam o Estado por sua execução.

A implantação de assentamentos de reforma agrária intensificou-se a partir da década de 1980, em resposta de distintas administrações federais às pressões dos movimentos sociais engajados na democratização do acesso à terra (Medeiros, 2003). Conforme Bergamasco, Pamard e Chonchol (1997), tais assentamentos constituem espaços de ocupação duradoura, nos quais ocorre uma transformação territorial: áreas antes subutilizadas ou concentradas convertem-se em territórios habitados por trabalhadores cuja finalidade central é a produção de alimentos voltada à sua reprodução social.

Em Campos dos Goytacazes, município situado na região norte do estado do Rio de Janeiro, o processo de criação de assentamentos foi acelerado no final da década de 1990, quando ocorreu uma grave crise do setor sucroalcooleiro. Essa crise levou diversas usinas à falência, deixando milhares desempregados e com direitos trabalhistas descumpridos. Diante disso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST se instalou no município, visando organizar os trabalhadores para realizar ocupações nas terras das usinas falidas, com o objetivo de pressionar o governo federal a criar assentamentos de reforma agrária (Haddad, 2009).

A partir dessa mobilização, houve a criação de oito assentamentos de reforma agrária em Campos dos Goytacazes, o que efetivamente representou uma vitória dos trabalhadores. Entretanto, a garantia de que os assentamentos serão elementos dinâmicos de desenvolvimento econômico e social depende de outros fatores, além do acesso à posse da terra. Um destes fatores é a criação de canais robustos de comercialização da produção originada nos lotes de reforma agrária (Pontes e Santos, 2015). A comercialização da produção agrícola é um dos grandes gargalos enfrentados pelos assentados e pode ser entendida como um obstáculo para a reprodução socioeconômica dos pequenos produtores. De forma geral, a falta de canais autônomos de comercialização está relacionada à ausência de uma organização de apoio aos agricultores e à desorganização do sistema de produção (Barbé e Souza, 2009).

Um dos principais canais de comercialização da produção da reforma agrária são as feiras



urbanas, nas quais os assentados têm a oportunidade de comercializarem diretamente a sua produção, eliminando ou, pelo menos, diminuindo, a dependência em relação a intermediários que são normalmente conhecidos como atravessadores. As feiras existem no Brasil há bastante tempo, pois, de acordo com Cruz et al (2020), o registro mais antigo de uma feira no Brasil é de 1687 na cidade de São Paulo. Estes pontos de comercialização se multiplicaram pelo território brasileiro e se tornaram importantes no cenário de abastecimento alimentar das cidades brasileiras. Além disso, é importante notar que as feiras representam um espaço de interação entre o rural e o urbano. Em Campos dos Goytacazes existem duas feiras sendo realizadas em bairros de classe média alta e baixa que, em tese, servem como pontos coletivos de venda da produção oriunda de assentamentos de reforma agrária e também de quilombos.

Assim, a presente pesquisa investigou se as feiras urbanas constituem espaços efetivos para a comercialização autônoma da produção oriunda dos assentamentos de reforma agrária. Além de mapear os locais de realização das feiras, o estudo buscou identificar as conexões internas e externas capazes de revelar os mecanismos que regem seu funcionamento, bem como os arranjos utilizados para viabilizar o transporte dos produtos desde os locais de origem até os pontos de venda. Para tanto, foram realizadas entrevistas com feirantes de duas feiras — a Feira da Roça (FR) e a Feira Agroecológica Solidária Sabores e Saberes (FAS) — e aplicados 30 questionários a uma amostra aleatória de assentados do Assentamento Zumbi dos Palmares.

A coleta de dados do presente estudo foi feita com dois instrumentos: entrevistas estruturadas e questionários. Estes instrumentos foram aplicados nas feiras urbanas e no assentamento Zumbi dos Palmares. Uma terceira forma de coleta de dados foi a realização de observação não participante nas feiras, visando identificar os principais produtos comercializados e a origem dos mesmos. Um questionário desenvolvido especificamente para este estudo foi aplicado em uma amostra composta por 30 assentados do referido assentamento. O questionário continha uma combinação de perguntas abertas e fechadas, com o intuito de identificar as principais culturas produzidas e os canais utilizados para sua comercialização.

As entrevistas foram realizadas com feirantes do município de Campos dos Goytacazes. Foram feitas 7 entrevistas durante, das quais 6 foram realizadas com feirantes que são também produtores e 1 foi realizada com um feirante que não é produtor. Para melhor aproveitamento dos dados disponibilizados pelos entrevistados foram elaborados dois roteiros: um que seria destinado aos feirantes que são produtores e outro que seria destinado ao feirante não produtor. O objetivo dos roteiros era identificar os mecanismos de organização das feiras, incluindo a origem dos produtos comercializados.

Desta forma, dois roteiros de entrevistas foram elaborados para melhor compreensão do processo de comercialização realizado nas feiras. No primeiro roteiro as perguntas tinham como



objetivo compreender a realidade mais ampla dos assentamentos e quilombos em que estes entrevistados residiam. As variáveis utilizadas para compreender os canais e os gargalos da comercialização da produção incluíam: os principais canais de comercialização usados pelos assentados; o grau de dependência em relação aos atravessadores; o acesso dos agricultores às feiras; os produtos comercializados e sua origem; o grau de organização dentro dos assentamentos; e as possíveis estratégias para fortalecer os canais de comercialização. O segundo roteiro foi elaborado para o feirante que não era agricultor, e que agia como intermediário no processo de comercialização dentro da FR. Este roteiro tinha como principal objetivo compreender o funcionamento da FR a partir da perspectiva de um comerciante que não era produtor rural. Assim, as perguntas foram formuladas especificamente para compreender a burocracia regendo o acesso à FR, e também para identificar a origem dos produtos sendo comercializados na FR.

Uma vez concluídas, as entrevistas foram transcritas e, a partir daí, foi feito um agrupamento de dados e das principais variáveis por categoria, para que fosse possível identificar padrões nas respostas dos entrevistados. Com os padrões identificados foram criadas tabelas analíticas para melhor organização dos dados coletados.

## **2 Os caminhos da reforma agrária em Campos dos Goytacazes e a comercialização da produção como um pilar para o desenvolvimento dos assentamentos**

O município de Campos dos Goytacazes está localizado na região Norte Fluminense, e é historicamente marcado pela presença da monocultura da cana de açúcar, cuja implantação inicial se deu já no período colonial para suprir as necessidades de abastecimento da Europa. Desde então, a cana tem tido grande presença e influência na economia de Campos dos Goytacazes (Silva e Carvalho, 2004). Essa realidade foi intensificada no século XIX, quando a família real veio para o Brasil e realizou a abertura comercial que ocasionou a modernização da agroindústria açucareira. A partir daí diversas usinas de cana de açúcar foram implantadas no município, criando condições bastante vantajosas para as elites agrárias locais lucrarem com a produção de açúcar (Paranhos, 2002).

Na década de 1970, com a criação do Proálcool, houve um processo de expansão das usinas de cana de açúcar no estado de São Paulo e em outras unidades da federação. Neste cenário, a economia sucroalcooleira passou a dar sinais de forte declínio em Campos dos Goytacazes a partir da década de 1980. Em meados da década de 1990, as usinas de cana de açúcar entraram em franco processo de falência, em função do aumento do estoque de dívidas. Essa crise teve como resultado o desemprego de milhares de trabalhadores das usinas falidas (Viana e Terra, 2020).

Com a crise da economia sucroalcooleira, o poder de usineiros e latifundiários do Norte



Fluminense foi colocado em xeque, pois causou uma ruptura das alianças de poder econômico até então existentes, abrindo espaço para a quebra da hegemonia dos usineiros. Nessa nova realidade outros atores do campo, historicamente marginalizados (e.g.; boias-frias e trabalhadores rurais desempregados), ganharam espaço para reivindicar novas formas de distribuição e acesso à terra (Alentejano, 2011).

Um desdobramento importante da crise do setor sucroalcooleiro foi a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a partir do final da 1990 passou a organizar a luta pela ocupação de terras pertencentes às usinas para fins de reforma agrária (Belo, 2012). O MST formou alianças com sindicatos e organizações, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e seu principal instrumento de luta na região foram as ocupações, que tinham como escopo o retorno dos trabalhadores rurais do campo que haviam sido expulsos e estavam se alocando em periferias urbanas (Dew, 2011).

O primeiro assentamento em Campos dos Goytacazes que ocorreu das mobilizações do MSY surgiu em 1997 foi o Zumbi dos Palmares, que abrigou 506 famílias. A criação do Assentamento Zumbi dos Palmares decorreu da ocupação bem-sucedida do conjunto de fazendas da antiga Usina São João por agricultores sem terra organizados pelo movimento. A desapropriação das áreas ocorreu de forma relativamente rápida, favorecida pelo elevado volume de dívidas da empresa com a União. De acordo com Haddad (2009), a partir da experiência exitosa da Usina São João o MST realizou outras ocupações, que resultaram na criação de oito assentamentos de reforma agrária em Campos dos Goytacazes (i.e., Zumbi dos Palmares, Ilha Grande, Che Guevara, Antonio de Faria, Dandara dos Palmares, Terra Conquistada, Oziel Alves e Josué de Castro). O Quadro 1 sintetiza algumas informações relativas a esses assentamentos.



Quadro 1 - Assentamentos de reforma agrária criados a partir de 1997 após ocupações lideradas pelo MST em Campos dos Goytacazes

Ano	Assentamento	Área (ha)	Nº de famílias	Distância média ao Mercado Municipal (Km)
1997	Zumbi dos Palmares	8005,29	506	20
2000	Che Guevara	1119,66	74	36
2000	Osiel Alves	1945,93	35	11
2001	Antonio de Farias	1221,02	93	20
2001	Ilha Grande	822,72	58	36
2003	Terra Conquistada	211,45	11	45
2003	Dandara dos Palmares	419,10	21	32
2007	Josué de Castro	610,99	31	36

Fonte: Aleixo, 2007 e INCRA, 2024.

De acordo com Soares (2013) esses assentamentos têm se consolidado como espaços de produção, sociabilidade e intervenção política, e assim também uma crescente importância na produção de alimentos, mesmo diante das condições precárias devido a inexistência de políticas públicas que apoiem seu desenvolvimento e consolidação. Apesar disso, é necessário notar que para garantir a reprodução e sobrevivência dos assentados, bem como o pleno desenvolvimento dos assentamentos, é preciso que seja feita a integração à economia local, principalmente no que se refere à comercialização da produção (Pontes e Santos, 2015).

A comercialização da produção da reforma agrária é frequentemente apontada como uma fragilidade dos assentamentos, pois esta depende de diversos fatores que podem estar, ou não, sob o controle dos assentados, tais como produtividade, as formas de distribuição da produção e o abastecimento hídrico dos lotes. Além disso, é importante notar que a comercialização tem o potencial de unir os interesses dos agricultores com os dos consumidores, que podem em alguns casos estar em discordância. Neste processo os agricultores são obrigados a se adequar às demandas dos consumidores, optando por produtos cujas possibilidades de comercialização são maiores, de modo a garantir a reprodução social das famílias (Pontes e Santos, 2015).

No que se refere à comercialização da produção da agricultura familiar no Brasil, os principais canais incluem hipermercados, supermercados, açougues, padarias, mercearias, restaurantes, feiras livres, atravessadores e compras institucionais. Por outro lado, o principal programa governamental de fortalecimento à comercialização da agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entretanto, o PAA não tem sido suficiente para sanar as necessidades e toda a amplitude da agricultura familiar (Carvalho e Grossi, 2019).



Outro agente presente na comercialização da produção da agricultura familiar é o atravessador, que atua no processo de comercialização como intermediário entre os produtores e o mercado consumidor. Segundo Ferreira (2010), a intermediação feita pelos atravessadores no processo de comercialização é vista como perversa, pois a negociação dos preços é feita de forma injusta devido ao fato destes comprarem a produção a preços muito baixos e revenderem a preços maiores, auferindo margens elevadas e reduzindo os ganhos dos produtores. Tal injustiça explicaria o porquê de os agricultores familiares e assentados terem forte aversão a estes intermediários. De acordo com Pedlowski (2011) a falta de canais de comercialização formais tem como resultado o estabelecimento de uma rede de atravessadores que acaba se tornando o principal canal de comercialização para os assentados de reforma agrária. O fato é que a existência destes intermediários, apesar de garantir o acesso aos mercados, também implica na diminuição da renda, sendo ainda comum a ocorrência do chamado calote, quando a produção é entregue, mas o pagamento ao produtor agrícola não é feito.

Por outro lado, uma forma utilizada pelos agricultores assentados para realizar a venda de parte de sua produção é a participação em feiras livres. As feiras livres, que ocorrem em vários municípios brasileiros, servem como estratégia para escoar a produção agrícola dos assentados, pois são espaços que permitem comercializar sua produção diretamente com os consumidores (Carvalho e Grossi, 2019). Em Campos dos Goytacazes, a busca pela superação dos gargalos existentes no escoamento da produção agrícola oriunda da dos assentamentos de reforma agrária e de outros tipos de unidades familiares resultou na criação de duas feiras, i.e., a Feira da Roça (FR) e a Feira Agroecológica Solidária, Sabores e Saberes (FAS – Campos).

A Feira da Roça (FR), organizada pela Secretaria Municipal de Agricultura (SEMA), foi criada no ano de 1991. Sua organização resultou de uma decisão adotada pelo então prefeito Anthony Garotinho para auxiliar inicialmente agricultores familiares que residiam no Distrito do Imbé. A meta original da FR era criar um espaço de oportunidade para os agricultores que produziam alimentos *in natura* e que residiam em locais relativamente distantes da área urbana (Pinto, 2016). Para viabilizar o funcionamento da FR, veículos da SEMA buscavam os agricultores e os levavam juntamente com seus produtos até o local de realização da feira.

Já a Feira Agroecológica Solidária Sabores e Saberes (FAS – Campos) foi criada no início dos anos 2000, por meio de uma articulação entre assentados da reforma agrária e estudantes do curso de Agronomia da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). De acordo com relatos coletados durante a pesquisa de campo, a partir da criação da FAS-Campos os assentados tiveram a possibilidade de comercializar a produção, vinda de diferentes assentamentos, dentro do campus Leonel Brizola da UENF. A partir daí, a feira foi se organizando melhor e crescendo até se tornar a FAS – Campos, com diversos pontos de venda na cidade. Essa reorganização e



expansão da FAS – Campos se deve à sua ligação com a EMATER, que é responsável por disponibilizar barracas (fornecidas pela SEMA) para os feirantes da FAS.

### 3 Os gargalos para a adoção de canais coletivos de produção e comercialização e seus impactos na diversidade de cultivos dentro dos assentamentos

Um primeiro resultado importante da aplicação dos questionários no PA Zumbi dos Palmares foi verificar que os assentados são dependentes da presença de atravessadores para comercializar parte significativa da produção gerada nos seus lotes (Quadro 2).

Quadro 2 - Canais de comercialização da produção das principais culturas cultivadas no Assentamento Zumbi dos Palmares – 2022

Produtos	Principal Canal de comercialização
Aipim	Atravessador
Abacaxi	Atravessador
Cana de açúcar	Usinas
Quiabo	Atravessador

Fonte: resultados da pesquisa.

Os resultados evidenciam ainda a baixa diversidade de produtos comercializados. Aparentemente, isso ocorre porque os assentados têm optado preferencialmente pelo cultivo da cana de açúcar, produto cuja compra é assegurada pelas usinas de açúcar e álcool da região. Outro fator é que as usinas também colhem e transportam a produção, ainda que os custos dessas operações sejam descontados do valor pago aos assentados pela tonelada de cana. Não obstante tal desconto, essa atuação das usinas foi citada como uma causa da preferência pelo cultivo da cana ter prosperado nos últimos anos no interior do PA Zumbi dos Palmares.

Em estudos realizados anteriormente neste mesmo assentamento, Zinga (2004) e Haddad (2009) verificaram que os assentados enfrentavam dificuldades financeiras ao se instalarem nos lotes em decorrência da falta de acesso a crédito, o que era agravado pela inexistência de canais estáveis de comercialização. Com isso, muitos assentados optaram por implantar culturas (e.g., abacaxi e aipim) tradicionais da região, como forma de garantir escala de produção e atrair compradores. Nesse cenário, a independência social e produtiva dos assentados ficou à mercê não apenas das usinas que ainda funcionam, mas também da rede de atravessadores que escoam produtos como aipim e abacaxi.

No PA Zumbi dos Palmares também há uma forte presença da pecuária leiteira, principalmente no Núcleo I. Na amostra coletada para este estudo, 23% dos assentados informaram estar envolvidos com a pecuária leiteira, e dentre eles três declararam a pecuária leiteira como



sendo a única atividade realizada no lote. Um dado importante no caso da produção de leite é que foram detectadas diferentes formas de comercialização, fato que também afetou o preço médio recebido pelo litro de leite (L) Quadro 3).

Quadro 3 - Produção e comercialização de leite no Zumbi dos Palmares em 2022

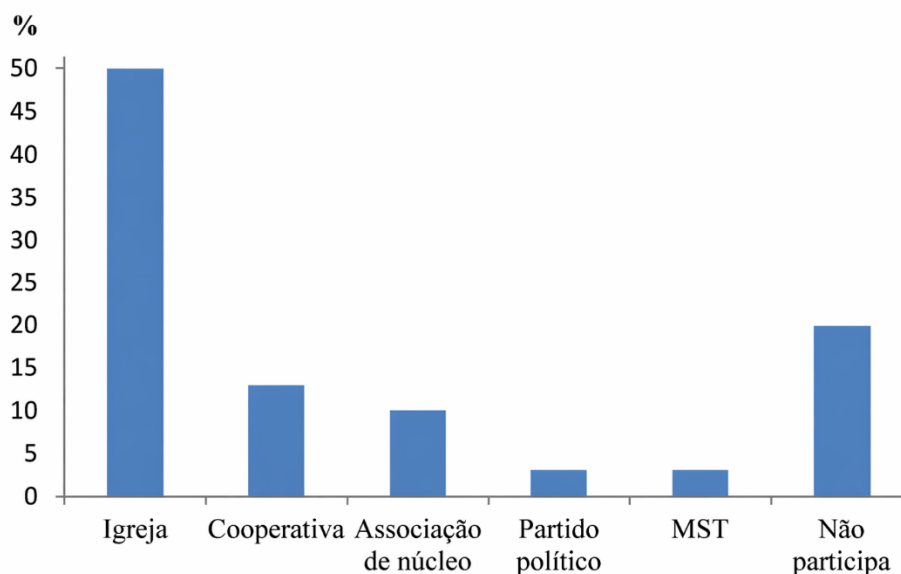
Assentado	Núcleo	Produção (L)	Venda (L)	Preço médio/L (R\$)	Forma de comercialização
6	IV	30	15	5,00	Feira da Roça
15	V	30	20	3,50	Venda direta
20	I	35	35	3,50	Padaria , Venda direta
21	I	20	10	2,00	Atravessador
23	I	30	30	2,50	Venda direta
24	I	80	80	2,00	Atravessador , Venda Direta
25	I	20	20	2,00	Atravessador , Venda Direta
27	I	60	60	5,00	Venda Direta

Fonte: resultados da pesquisa.

No caso da comercialização do leite, é importante destacar que os assentados foram capazes de estabelecer estratégias de venda direta, ficando assim menos dependentes da ação dos atravessadores. Por outro lado, a venda fora de estruturas coletivas parece ter afetado o preço obtido de forma negativa.

Um fator que tem colaborado para a dificuldade de acesso a mercados e para a quebra da dependência em relação à atuação dos atravessadores é a falta de organização interna dos assentados, o que afeta tanto a produção quanto a comercialização. Nesse sentido, os resultados deste estudo indicam que os assentados reconhecem que o grau de cooperação entre eles é baixo, o que resulta na inexistência de canais coletivos de produção e comercialização. Além disso, a maioria das associações de assentados, cuja criação foi imposta pelo INCRA como forma de garantir acesso aos créditos de apoio à produção e à construção de casas, já não está mais em funcionamento efetivo. O fato é que a maior parte dos assentados participantes da amostra declarou que as igrejas são sua principal forma de participação em organizações sociais (Figura 1).

Figura 1 - Participação em organizações sociais no Zumbi dos Palmares (%).



Fonte: resultados da pesquisa.

O problema é que os membros dessas igrejas, a maioria delas neopentecostais no caso do PA Zumbi dos Palmares, acabam não se envolvendo em questões relativas à produção e à venda da produção. Com essa forma dominante de participação social, o que acaba ocorrendo é a pulverização das decisões sobre cultivo e comercialização por parte dos assentados. Uma consequência dessa realidade é a permeabilidade para a ação dos atravessadores que acabam adquirindo parcelas significativas da produção que não é destinada às usinas de álcool e açúcar.

Conforme Miranda (2011), o associativismo econômico tem sido abordado como forma de mediação entre indivíduo, coletividade e mercado, na tentativa de: potencializar as forças produtivas familiares; aumentar a escala de comercialização (compra e venda), para elevar o poder de barganha; agregar valor à produção, mediante beneficiamento e agroindustrialização; aumentar o nível organização política e social das famílias, visando uma relação mais satisfatória com o Estado; e, (5) desenvolver solidariedade entre as pessoas.

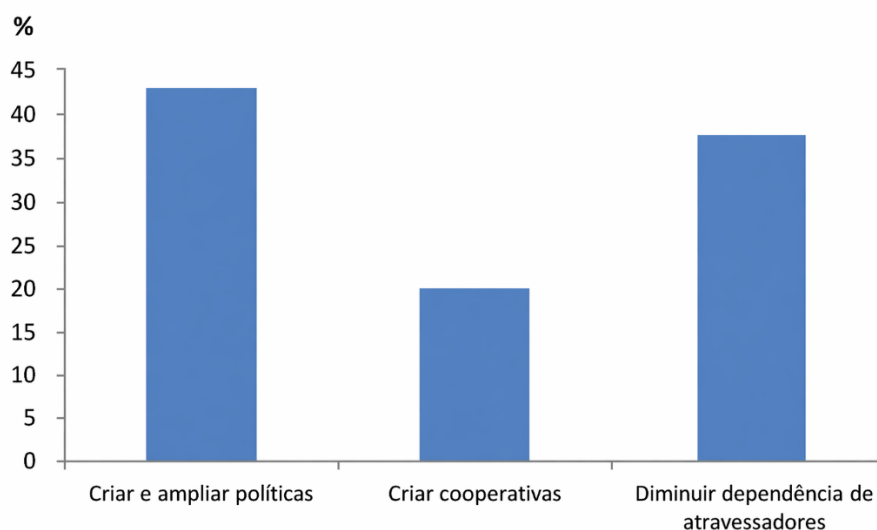
A situação observada no presente caso fica muito aquém das potencialidades da ação coletiva. Essas dificuldades de organização para melhor comercialização e promoção da autonomia dos assentados são relatadas em outros estudos (PONTES, 2021; MACEDO et al., 2017; PADUA-GOMES et al., 2016). Para explorar as possibilidades de melhor comercialização, é preciso enfrentar problemas como a organização da produção, o planejamento de vendas, e explorar as sinergias como as instituições facilitadoras desse processo. Neves (2013), ao estudar associações de assentados rurais no estado do Rio de Janeiro, argumenta que a criação dessas organizações não se orienta pelo princípio de solidariedade ou pela existência de um projeto

comum. Ao contrário, surgem da necessidade imposta pelos gestores estatais, que as exigem para executar suas ações. Conforme observado em outras realidades, as associações são formadas de maneira quase compulsórias, e contribuem relevantemente pouco com aspectos participativos e de atuação cooperativa (BANDEIRA, 2007; SANGALI, 2015).

Nessa lógica, aspectos como mobilização, assiduidade e engajamento dos associados estão fortemente atrelados às vicissitudes da ação estatal. Muitos assentados restringem sua participação aos momentos que são seduzidos pela oferta de recursos institucionais. Na ausência desses estímulos, as associações retornam a um estado letárgico. Funcionando de fato apenas em alguns momentos, mobilizadas por ações estatais descontínuas, essas associações terminam por cair em descrédito, em face da impossibilidade de construção de um projeto durável (NEVES, 2013).

Em relação aos gargalos existentes no processo de comercialização da produção agrícola do Zumbi dos Palmares e eventuais formas de superá-los, os assentados apontaram para uma combinação de medidas para dar conta da situação (Figura 2).

Figura 2 - Possíveis meios para melhorar a comercialização no Zumbi dos Palmares (%).



Fonte: Resultados da pesquisa.

Os resultados permitem inferir que os assentados reconhecem que a necessidade de políticas de apoio à comercialização se combina com a melhoria do processo de organização política dentro do assentamento. Por outro lado, a percepção da dependência dos atravessadores como um problema também indica que os entrevistados entendem que a relação desigual estabelecida com estes agentes é um entrave importante para que possam aumentar a sua renda.

## 4 As feiras urbanas e o seu limitado impacto no escoamento da produção dos assentamentos

A garantia de acesso aos canais de comercialização da produção agrícola é parte fundamental da reforma agrária (Pontes e Santos, 2015). Em Campos dos Goytacazes os canais que os assentados têm tido acesso são principalmente: atravessadores; venda direta; usinas; supermercados; feiras. Em se tratando das feiras, existem duas modalidades ocorrendo na malha urbana do município, que são a FR e a FAS – Campos. As duas feiras surgiram no município como instrumentos para minimizar os gargalos da inserção dos assentados no mercado. A FR surgiu no ano de 1991 por meio da SEMA para ser um canal de comercialização para atender aos assentados do Distrito do Imbé (Figura 3).

Figura 3 – Mosaico de fotografias retiradas da Feira da Roça em diferentes pontos, 2023.



Fonte: resultados da pesquisa. Legenda: 1 – Feira na Praça do IPS; 2 – Feira no Flamboyant; 3 – Feira na Praça do Salesiano; 4 – Feira no IPS.

A FAS – Campos surgiu na década de 2000, mas foi resultado da articulação entre assentados e estudantes, que se mobilizaram para a criação de uma feira agroecológica que fosse espaço de oportunidade para os assentados comercializarem diretamente com os consumidores, diminuindo a presença de intermediários nas relações de comercialização (Figura 4).

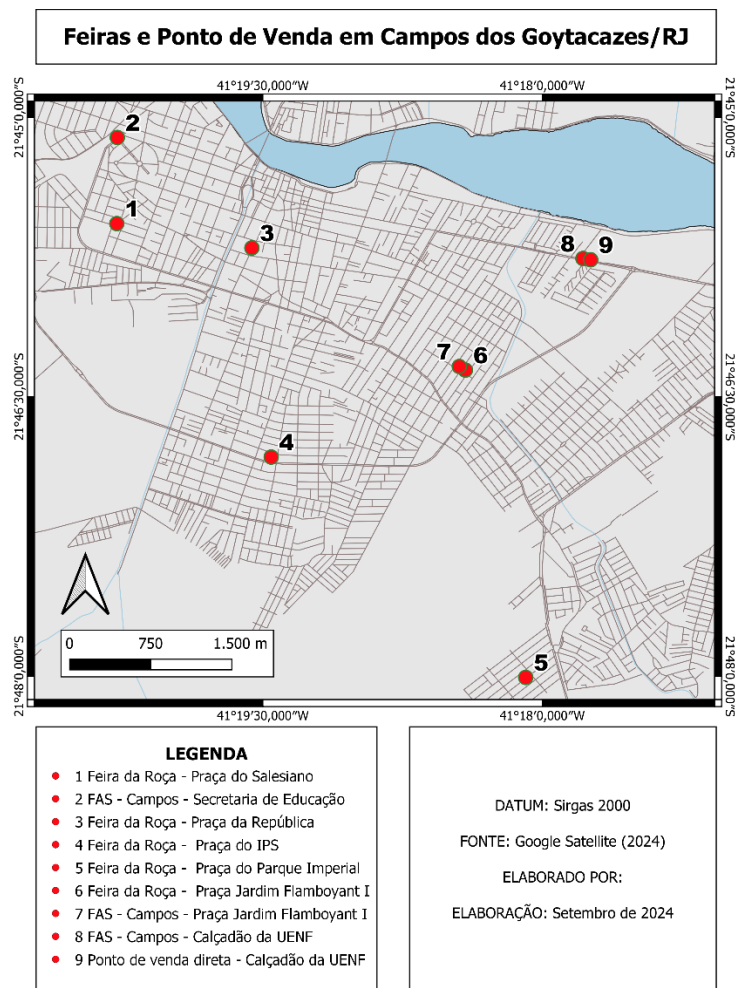
Figura 4 - Mosaico de fotografias dos diferentes pontos da FAS em Campos dos Goytacazes, 2023.



Fonte: resultados da pesquisa. Legenda: 1 – Feira na Praça do Salesiano; 2 – Feira na Praça do Salesiano; 3 – Feira no Flamboyant; 4 – Feira na UENF.

Mais de vinte anos depois, as duas feiras ainda estão em funcionamento em Campos dos Goytacazes, com pontos espalhados pela área urbana, em bairros de classe média alta e baixa (Figura 5).

Figura 5. Distribuição das feiras e ponto de venda direta na área urbana de Campos



Fonte: resultados da pesquisa.

A pesquisa também identificou qual era a feira atuando em cada um dos bairros apontados, o número de participantes e as principais culturas sendo comercializadas em cada uma delas (Quadro 4)



Quadro 4 - Feiras e ponto de venda direta em Campos dos Goytacazes, RJ

Feiras	Principais culturas comercializadas	Média de barracas
Feira da Roça	Laranja, abacaxi, abóbora, morango, uva e banana	30
FAS - Campos	Laranjas, limão, banana e hortaliças	8
Feira da Roça	Uva, morango, maçã, abóbora, aipim.	30
Feira da Roça	Laranjas, morango, uva, abóbora, batata doce e banana	20
Feira da Roça	Laranja, morango, abacaxi, banana, aipim e batata doce	30
Feira da Roça	Laranja, banana, aipim, hortaliças e abacaxi	30
FAS - Campos	Laranja, limão, abóbora, aipim e hortaliças	10
FAS - Campos	Laranja, abóbora, aipim e hortaliças	8

Fonte: resultados da pesquisa.

Durante a pesquisa realizada sobre a comercialização nas feiras, alguns elementos foram constatados. O primeiro refere-se às dificuldades que os assentados do município enfrentam para ter acesso às feiras. Em se tratando da FR, de acordo com o portal oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, para tornar-se um feirante é necessário realizar um cadastro na SEMA. No ato do cadastro, o interessado deve comprovar que é um produtor rural e que possui variedade de produtos para serem comercializados. Entretanto, na prática, o acesso à FR não tem sido feito desta forma. Dois entrevistados da FR informaram que no ato do cadastro não necessitaram comprovar que eram produtores rurais. Já para comercializar na FAS - Campos o cadastro é feito por meio dos representantes da feira, não havendo ligação com órgãos municipais. Além disso, os resultados da pesquisa demonstraram que há um baixo acesso dos agricultores familiares às feiras.

Os assentamentos ficam distantes da zona urbana do município, e um fator que interfere no acesso dos assentados às feiras é que o transporte de mercadorias até os locais de comercialização é de responsabilidade individual dos feirantes. Assim, o fato de não existir uma forma de apoio para levar a produção até os locais da feira pode ser considerado um mecanismo de exclusão de assentados no processo de comercialização. Os entrevistados relataram casos de feirantes que não possuem um meio de transporte e dependem de ônibus, bicicleta ou caronas para transportarem sua produção até as feiras. Esta situação faz com que poucos alimentos sejam trazidos para serem comercializados na cidade. É importante destacar que o poder público



municipal não oferece nenhum tipo de incentivo aos assentados no que se refere à comercialização da produção da reforma agrária. Em se tratando das feiras, isso não é diferente. É importante notar que a ação da SEMA em prol da FR se resume basicamente a oferecer as barracas em que os produtos são expostos.

Outro fator que interfere na comercialização da produção nas feiras é a escala da produção dos assentamentos destinada diretamente ao mercado. Para atender à demanda do mercado consumidor que frequenta estes espaços seria necessário que os feirantes tivessem um portfólio diversificado de produtos. No entanto, o que foi verificado durante a pesquisa é que a produção dos assentamentos não é suficientemente diversificada, o que faz com que muitos produtos sejam trazidos das Ceasas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro para serem comercializados como se fossem produzidos localmente.

No período da coleta de dados foi constatado que a FR tem sido um espaço em que atravessadores têm atuado com grande intensidade. Nesse sentido, ficou claro que alguns agricultores têm assumido o papel de atravessadores, como é o caso de um entrevistado que comprava a produção de outros assentados para revender em sua barraca na FR. O fato de existirem muitos atravessadores atuando nesta feira pode ser explicado pela falta de organização coletiva entre os assentados.

Os resultados obtidos nas entrevistas evidenciam a inexistência de estratégias coletivas de produção e/ou comercialização entre os assentados. Assim, poucos são os assentados que se mobilizam e conseguem ocupar os espaços que deveriam ser deles (Quadro 5).



Quadro 5 - Mecanismos de produção e/ou comercialização de forma coletiva nos assentamentos e quilombo

Entrevistado	Assentamento	Ações coletivas (S/N)	Barreiras para adoção de ações coletivas
1	CA	N	Alto grau de individualismo
2	ZP (I)	N	Alto grau de individualismo
3	OA	N	Alto grau de individualismo
4	AF	N	Alto grau de individualismo
5	ZP (V)	N	Fracasso das experiências organizativas anteriores
6	ZP (IV)	N	Fracasso das experiências organizativas anteriores

Fonte: resultados da pesquisa. Legenda: AF: Antônio de Farias; CA: Cambucá; AO: Osiel Alves; ZP: Zumbi dos Palmares (núcleos I, IV e V).

Além do fator individualismo, os entrevistados dos núcleos IV e V do PA Zumbi dos Palmares relacionam a dificuldade de se criar canais coletivos de comercialização às experiências organizativas anteriores, que não produziram os resultados esperados. Esse é o caso, em particular, das associações de núcleos que foram impostas pelo INCRA como forma de liberação dos créditos de fomento e produção.

Comparando as duas feiras que já estão organizadas em Campos dos Goytacazes, o que se pôde notar é que a FAS – Campos tem representado um esforço, fruto da organização de alguns assentados e quilombolas, para que haja alguma oportunidade para comercializarem sua produção. Entretanto, este esforço não tem sido suficiente para atender às necessidades dos agricultores e poucos têm conseguido acesso a ela. Enquanto isso, a FR é de acesso ainda mais restrito para os assentados, pois tem sido tomada por atravessadores que têm condições de comercializarem todos os dias, em todos os pontos, sem que precisem produzir o que comercializam.

## 5 Considerações Finais

O presente estudo analisou os principais gargalos que assentados de reforma agrária enfrentam na comercialização da produção de seus lotes. Os resultados indicam que a fragilidade dos canais autônomos de venda mantém os assentados de reforma agrária dependentes de



atravessadores. Por outro lado, essa mediação exerce um papel ambíguo: viabiliza o escoamento de grande parte da produção, mas reduz a renda apropriada pelos assentados.

Já as feiras organizadas pelos próprios assentados, com suporte limitado do poder público municipal, não substituem esse circuito. O alcance restrito dessas iniciativas decorre, sobretudo, do apoio institucional incipiente, que dificulta sua consolidação e desestimula a adesão de novos participantes de canais coletivos de comercialização. Como consequência, a capacidade de organização interna dos assentamentos permanece limitada. Além disso, foi constatado que atravessadores atuam no interior das próprias feiras e revendem produtos adquiridos previamente nos assentamentos. Esse movimento evidencia a captura parcial de um espaço concebido como alternativa de comercialização direta e reforça a assimetria na formação de preços.

Em conjunto, os achados deste estudo apontam para a necessidade de formular e implementar políticas públicas municipais voltadas à estruturação de canais coletivos de comercialização, capazes de reduzir a dependência dos assentados em relação aos atravessadores. O estudo também explicita o papel do Estado local não apenas como indutor, mas como agente ativo na organização dos mercados, ao demonstrar que a ausência de suporte institucional consistente compromete a autonomia econômica dos assentados da reforma agrária. Em termos teóricos, os resultados reforçam a centralidade das mediações comerciais na reprodução das desigualdades no meio rural e evidenciam que a simples criação de espaços alternativos não altera, por si só, a lógica de funcionamento dos mercados. Ao contrário, sem intervenção pública efetiva e sem fortalecimento organizativo interno, tais espaços tendem a reproduzir as assimetrias que estruturam os circuitos convencionais de comercialização.

## Referências

ALEIXO, D.N.S. **Mudanças de beneficiários e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ALENTEJANO, P. O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro. In: PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio Cesar P.; KURY, Karla Aguiar (orgs). **Desconstruindo o latifúndio: A saga da reforma agrária no Norte Fluminense.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BANDEIRA, P.S.S. Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124, 2007.

BARBÉ, L.C.; SOUZA, P.M.. Feira agroecológica da UENF: uma estratégia de comercialização para agricultores familiares no Município de Campos dos Goytacazes/RJ. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, n.2. 2009.

BELO, D.C. **O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região Norte Fluminense.** 2012, 110f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Curso de Políticas Sociais - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.



BERGAMASCO, S.M.; PAMARD, C.; CHONCHOL, M-E. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros.** Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

CARVALHO, F.F.; GROSSI, S.F. A importância das feiras-livres e seus impactos na agricultura familiar. **Interface Tecnológica**, v. 16, n. 2, p. 226-234. Dezembro de 2019. DOI: <https://doi.org/10.31510/infa.v16i2.665>

CRUZ, M.S.; RIBEIRO, E.M.; PERONDI, M.A.; OLIVEIRA, D.C.; COSTA, H.M. Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 15, n. 35, p. 90-120. Abril, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT153504>

HADDAD, L.M. **Analisando as tensões entre a produção agrícola e conservação ambiental no contexto dos assentamentos da reforma agrária, Campos dos Goytacazes, RJ.** 2009, 134f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) Curso de Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.

DEW, E. Samba Revolucionário: a revolta agrária que quase todo mundo apoia. In: PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio Cesar P.; KURY, Karla Aguiar (orgs). **Desconstruindo o latifúndio: A saga da reforma agrária no Norte Fluminense.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERREIRA, P.C. **Identificando mecanismos que controlam a comercialização da produção agrícola em assentamentos de reforma agrária no município de Campos dos Goytacazes.** 2010, 60f. Monografia (Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes: 2010.

MACEDO, André de Camargo et al. Os limites de políticas públicas voltadas para agricultura familiar em promover organização social: o caso do assentamento 23 de maio. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.24, n.2, p. 102-117, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179623966>

MEDEIROS, L.S. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MIRANDA, R.S. Os desafios da organização em assentamentos rurais. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró, v.6, n.2, p. 41-48, 2011.

NEVES, D.P. Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. **Retratos de Assentamentos**, v.16, n.1, p. 15-42, 2013.

PADUA-GOMES, J.B.; GOMES, E.P.; PADOVAN, M.P. Desafios da comercialização de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 132-156, 2016.

PARANHOS, P. O açúcar em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX. **Revista da ASBRAP**, n. 9. 2002.

PEDLOWSKI, M.A. Os limites da reforma agrária desassistida na região norte do estado do Rio de Janeiro: entre o descaso do Estado e a resistência dos assentados. In.: PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio Cesar P.; KURY, Karla Aguiar (orgs). **Desconstruindo o latifúndio: A saga da reforma agrária no Norte Fluminense.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

PINTO, R.S. **“Hoje é dia de feira”:** apontamentos sobre a Feira da Roça e a Feira do Peixe em Campos dos Goytacazes. 2016. 60f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) Curso de Ciências Sociais – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.

PONTES, A.E.; SANTOS, M.J. Produção e comercialização em assentamentos rurais: estudo do caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água (Morrinhos, Goiás – Brasil). **Mundo Agrário** – Revista de estudios rurales, Universidad Nacional de La Plata. V. 16, n. 33. Dezembro de 2015.

PONTES, F.A. **Estratégias de produção e comercialização:** a trama dos bloqueios e avanços no assentamento Horto Bela Vista no município de Iperó-SP. Araraquara: Universidade de Araraquara, 2020. 260f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) - Curso em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara, Araraquara, 2020.

SANGALLI, Adriana Rita et al. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; (Orgs.) **Construção de mercados e agricultura familiar:** desafios para o desenvolvimento rural. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SILVA, R. C. R. S.; CARVALHO, A. M. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: Pessanha, R.



M.; Silva Neto, R. (Orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo.** Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

SOARES, K.N. **Identificando os impactos da distribuição espacial e das ações coletivas na consolidação dos assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense.** 2013, 130f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) Curso: Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

VIANA, S.S.; TERRA, D.C.T. As transformações do mundo do trabalho no setor sucroalcooleiro na Baixada Campista/RJ. **Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, v. 17, n. 65. Abril de 2020.

ZINGA, M.R. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ.** Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Curso de Políticas Sociais- Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2004.